

A Violência Política de Gênero em Santa Catarina: o caso de Maria Tereza Capra

Gender-Based Political Violence in Santa Catarina: The Case of Maria Tereza Capra

Manoela de Oliveira Veras¹
Veronika Leyes Decker²
Joana Maria Pedro³
Janine Gomes da Silva⁴

Resumo: Na última década, a violência política cresceu expressivamente no Brasil, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, dificultando a inclusão de diferentes vozes na política formal (Anjos et al., 2022; Stabile, 2022). Entre essas agressões, destaca-se a violência política de gênero (VPG), que visa impedir a participação de mulheres na política por meio de ameaças, difamações e agressões verbais, físicas e psicológicas (Albaine, 2016). Um caso recente que ganhou notoriedade foi o da vereadora Maria Tereza Capra (PT) que, após denunciar uma manifestação supostamente nazista ocorrida em novembro de 2022 em São Miguel do Oeste, sofreu um processo de cassação, bem como ameaças de morte e perseguições que motivaram sua saída da cidade por um período e que se configuram como violência política de gênero. À vista disso, este artigo pretende discutir o crescimento da extrema-direita na política catarinense e relacioná-la com a violência política de gênero sofrida por Maria Tereza Capra, identificando-a tanto no protesto denunciado como também na maneira como o processo de cassação ocorreu. Para tanto, realizou-se uma entrevista com a vereadora. Ademais, utilizou-se a História Oral como metodologia, a pesquisa bibliográfica e o levantamento das publicações sobre o episódio na mídia impressa e na internet. Entre os resultados preliminares, encontra-se a vinculação da violência política de gênero com a escalada da extrema-direita no cenário estadual.

Palavras-chave: Violência Política de Gênero, Mulheres na Política, Conservadorismo.

Abstract/Resumen: Over the past decade, political violence has increased significantly in Brazil, manifesting both on the streets and online, hindering the inclusion of diverse voices in formal politics (Anjos et al., 2022; Stabile, 2022). Among these forms of aggression, gender-based political violence (GPV) stands out, aiming to prevent women's participation in politics through threats, defamation, and verbal, physical, and psychological attacks (Albaine, 2016). A recent case that gained prominence is that of Maria Tereza Capra (PT), who, after denouncing a protest allegedly involving Nazi salutes in November 2022, faced a process of mandate revocation, death threats, and persecution that forced her to leave her city temporarily — a clear instance of gender-based political violence. In this context, this article aims to discuss the rise of the far-right in Santa Catarina's political landscape and its connection to the gender-based political violence experienced by Maria Tereza Capra, analyzing both the protest she denounced and the manner in which her mandate was revoked. To achieve this, an interview was conducted with the councilwoman. Additionally, oral history methodology, bibliographic

¹ Manoela de Oliveira Veras, Universidade Federal de Santa Catarina, mestra em História Global, manoelaveras13@gmail.com e <https://orcid.org/0000-0003-2638-5159>.

² Veronika Leyes Decker, Universidade Federal de Santa Catarina, graduanda em História, veronikaleyes@gmail.com e <https://orcid.org/0009-0006-2710-6886>.

³ Joana Maria Pedro, Universidade Federal de Santa Catarina, doutora em História Social, joanamaria.pedro@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0001-5690-4859>.

⁴ Janine Gomes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, doutora em História, janine.gomesdasilva@gmail.com e <https://orcid.org/0000-0003-2866-2981>.

research, and an analysis of printed and online media coverage of the episode were employed. Preliminary findings indicate a strong link between gender-based political violence and the rise of far-right ideologies at the state level.

Keywords/Palabras-clave: Gender-based political violence; women in politics; conservatism.

Introdução

A violência política é um fenômeno que tem ganhado cada vez mais visibilidade no Brasil, acompanhando as mudanças do cenário político na última década. Suas manifestações, tanto nas ruas quanto nas redes sociais, não apenas ameaçam a segurança de atores políticos, mas também dificultam a diversificação de vozes e agentes na política formal (Anjos et al., 2022; Stabile, 2022). Dentro desse contexto, a violência política de gênero (VPG) tem se destacado como uma forma eficaz de exclusão, direcionada especificamente para deslegitimar e barrar a participação de mulheres na esfera pública. Caracterizada por ameaças, difamações e agressões que podem ser verbais, físicas, morais ou psicológicas (Albaine, 2016), a violência política de gênero evidencia o quanto desigualdades de gênero são instrumentalizadas para perpetuar estruturas de poder patriarcais.

Desde 2018, com o fortalecimento de ideologias conservadoras e de extrema-direita no Brasil, os casos de VPG se intensificaram, atingindo especialmente mulheres vinculadas ao campo político progressista. Exemplos como os de Marielle Franco, assassinada em 2018, e Dilma Rousseff, alvo de ataques misóginos durante seu mandato presidencial, são representações de uma realidade que afeta a inserção e a permanência de mulheres em espaços políticos. Um exemplo recente é o caso de Maria Tereza Capra, vereadora do PT em São Miguel do Oeste, Santa Catarina. Após denunciar uma manifestação que apresentava gestos semelhantes às saudações nazistas em novembro de 2022, Capra enfrentou um processo de cassação, além de ameaças de morte e perseguições que a obrigaram a sair temporariamente de sua cidade. Essas ações, motivadas por questões ideológicas e de gênero, configuram um caso de violência política de gênero, evidenciando os desafios enfrentados por mulheres progressistas na atual conjuntura política.

À vista desse cenário, este artigo busca compreender como a ascensão da extrema-direita no cenário político catarinense está relacionada à violência política de gênero, utilizando como ponto de partida o caso de Maria Tereza Capra. O objetivo é analisar tanto o episódio denunciado pela vereadora quanto o processo que culminou na cassação de seu mandato, revelando as dinâmicas de exclusão e perseguição política enfrentadas por mulheres. Para tanto, uma entrevista com a vereadora foi realizada âmbito dos projetos de pesquisa

“MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020)”⁵ e “Impasses para a presença de mulheres em espaços de poder: assédio nas universidades e violência política de gênero (estudo comparado entre América Latina e França),”⁶ ambos financiados pelo CNPq.

Utilizou-se a História Oral como metodologia, complementada por pesquisa bibliográfica e análise de materiais veiculados na mídia. Os resultados preliminares apontam uma forte vinculação entre a violência política de gênero e o avanço de ideologias autoritárias e conservadoras no estado de Santa Catarina. A análise desse caso específico não apenas reflete a situação vivida por Maria Tereza Capra, mas também apresenta um panorama mais amplo, no qual mulheres continuam enfrentando barreiras sistêmicas que comprometem sua atuação política e, em última instância, a pluralidade e a democracia no Brasil.

O caso Maria Tereza Capra

No dia 21 de dezembro de 2023, parte da equipe do Laboratório de Estudos de Gênero e História da Universidade Federal de Santa Catarina entrevistou Maria Tereza Capra, vereadora do município de São Miguel do Oeste, do Estado de Santa Catarina, eleita pelo PT – Partido dos Trabalhadores em 2020. Esta entrevista fez parte do Projeto Mandonas, acerca de mulheres na política. A conversa teve duração de pouco mais de duas horas e foi realizada via plataforma Zoom. Nela, Capra narrou o início de sua história pessoal, política e militante, bem como apresentou mais detalhes sobre a sua cassação, a violência política de gênero sofrida e o impacto da ascensão da extrema-direita nesse processo.

Maria Tereza Capra nasceu no Rio Grande do Sul e, aos três anos, mudou-se com a família para a região do oeste catarinense, onde habita até hoje. Sua infância e adolescência foram fortemente moldados pelos princípios dos pais que, desejando que a filha pudesse ter uma profissão para além da maternidade, sempre a incentivaram a buscar autonomia através do estudo, da profissionalização e do autossustento. Assim, apesar das condições financeiras limitadas da família, Maria Tereza e seus irmãos sempre foram incentivados a ter ambições profissionais que coubessem na realidade que estava posta. Desse modo, aos 18 anos, Capra foi aprovada no concurso da Polícia Civil e posteriormente pode realizar o sonho de cursar Direito, atividade que deu continuidade em 1996, após se retirar da Polícia Civil, por conta de um caso de assédio moral sofrido dentro da corporação (Capra, 2023).

⁵ Processo nº 404662/2021-8 – CNPq.

⁶ Processo nº 406634/2023-8 – CNPq.

Na entrevista, Maria Tereza aponta que a relação com a política antecede sua própria candidatura. Em 1982, seu pai, Jaime Capra, foi candidato à vereança em São José do Cedro. Mesmo sem se eleger, viver a experiência de fazer campanha aos 12 anos despertou interesse em lutar por causas sociais. Em 1985, Jaime Capra decidiu trabalhar numa candidatura e, aos 15 anos, Maria Tereza realizou seu primeiro discurso. Contudo, a experiência eleitoral de Jaime Capra também explicitou um lado negativo da política institucional: a violência. Após ter seu candidato derrotado nas urnas, Jaime sofreu ameaças e precisou sair da cidade. A família ficou no local e foi hostilizada. Ainda assim, Maria Tereza não perdeu o interesse na política institucional (Capra, 2023).

Em 1996, quando Maria Tereza Capra se exonerou da Polícia Civil e retornou para São Miguel do Oeste, ela e seu pai se envolveram na campanha de um candidato à prefeito na cidade que, após se eleger, acabou demitindo Jaime Capra. A injustiça motivou a filha a ingressar na política formal. Inicialmente, ela se filiou ao Partido Democrático Trabalhista (PDT) e, no intuito de criar o PDT Mulher para que as mulheres se organizassem politicamente, candidatou-se à presidência do partido na cidade para angariar apoio. Em 2006, Capra foi convidada para ingressar no Partido dos Trabalhadores, onde se encontra até hoje (Capra, 2023).

Em 2008, Maria Tereza Capra disputou sua primeira eleição a fim de representar os trabalhadores e, em especial, as trabalhadoras. Ela perdeu por 75 votos, ficando na suplência e assumindo em dois curtos episódios de 30 dias cada. Em 2010, ela se tornou Secretária de Cultura do município, onde se identificou com a pasta. Em 2012, Capra foi eleita vereadora pela primeira vez. Ela destacou que, diferentemente da experiência no PDT, em que o capital familiar garantia alguma proteção, ao fazer campanha eleitoral, estando no PT, passou a ser alvo de violência política de gênero: recebeu por parte das pessoas da cidade, questionamentos acerca de sua maternidade solo de dois filhos e o fato de não ser casada. Na entrevista, ela também adicionou a invisibilidade dos feitos das mulheres como um desafio de ser mulher e estar em um partido político: “Por mais que a gente faça, por mais correto que a gente faça, por mais sucesso que a gente tenha, existe uma dificuldade gigantesca de eles reconhecerem. É difícil, muito difícil. Então, essa invisibilidade é uma violência de todo tipo” (Capra, 2023, p. 18). A falta de investimento nas campanhas e o baixo fundo eleitoral – quando existente – também são destacados como problemáticas que atingem as candidatas mulheres. Atualmente, ela é presidente do setorial de Mulheres do PT, em Santa Catarina.

Em 2014, Maria Tereza se candidatou ao cargo de Deputada Federal com uma possibilidade de ampliar seus votos para a eleição à vereança de 2016. Ela foi eleita em 2016 como vereadora e em 2020 novamente. Durante seu período como vereadora em São Miguel

do Oeste, Capra se concentrou em defender pautas voltadas às mulheres, à cultura, aos trabalhadores e demais minorias políticas. Para tanto e ao reconhecer a misoginia presente na Câmara de Vereadores da cidade, ela fez trabalhos em conjunto com vereadoras de outros partidos, visando a autoproteção própria e das colegas. Ela comenta: “eu não tive problemas assim, procuro não ter problemas com mulheres, porque acho extremamente prejudicial para todas nós” (Capra, 2023, p. 22).

Em 2022, o cenário mudou. Na eleição de 2020, a coligação do partido do prefeito elegeu oito vereadores, ao passo que a oposição era formada por cinco vereadores de partidos ideologicamente bastante distintos: MDB, PSDB, PL, PP e PT. Das três vereadoras mulheres eleitas para aquela legislatura, duas estavam na oposição: uma no PSDB e a outra, Maria Tereza Capra, no PT. O trabalho da oposição foi consideravelmente coordenado até 2022, ano em que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Messias Bolsonaro (PL) disputaram a presidência e o petista saiu vitorioso. Ainda nos primeiros meses daquele ano, Capra relata que a violência de gênero foi ampliada na câmara, em especial contra ela e a colega do PSDB.

Essas situações de violência política de gênero aconteceram também [vindo] de outros vereadores contra nós. E por que eu estou contando isso? Porque é importante e aí eu percebi que foi nesse ano de 2022, a partir de 2021, com essa nova composição, com esta nova legislatura, que a violência se acirrou. Eu não tenho medo de dizer que, de fato, antes a gente tinha um tipo de violência, digamos assim, aquilo que eu considerava que era do jogo, que não deixa de ser violência, mas que não era tão gritante quanto a partir de 2020. [...] nesse caso era uma coisa mais institucional, porque eram vários vereadores (Capra, 2023, p. 26).

No dia 02 de novembro de 2022, contudo, a violência e a perseguição contra Maria Tereza Capra se acirraram. Em manifestação antidemocrática realizada na cidade em apoio ao candidato derrotado e então presidente Jair Bolsonaro, eleitores estenderam o braço durante o hino nacional em um gesto semelhante a uma saudação nazista enquanto questionavam o resultado da eleição. Maria Tereza Capra compartilhou um vídeo do ato repudiando a manifestação em suas redes e alegando ser um ato de apologia ao nazismo e que Santa Catarina havia se tornado um berço dos grupos neonazistas do país (Capra, 2023).

A colocação de Maria Tereza Capra acerca do neonazismo crescente no estado é válida, tendo em vista que, segundo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos, a realidade catarinense é de concentração de cédulas nazistas, totalizando 320 grupos ativos (Fáveri, 2024a). Para além da vereadora, instituições como a Embaixada de Israel, a Confederação Israelita do Brasil e o embaixador da Alemanha repudiaram o gesto (Muller, 2022).

Imagem 1 – Foto da manifestação denunciada por Maria Tereza Capra em 2022.



Fonte: Revista Veja (2023)

Ainda na semana em que o vídeo foi publicado, Capra começou a sofrer ameaças de violência e assassinato na cidade. No dia 13 de novembro, uma moção de repúdio contra a postagem de Maria Tereza Capra foi aprovada na Câmara de Vereadores de São Miguel do Oeste. A vereadora relata a violência na entrevista:

Eu passei por momentos de fuga e de ter que fugir, obviamente fugi. Temia pela minha vida, pela dos meus filhos, da minha família. Fiquei muito triste porque eu não tinha mais tribuna, não tinha mais onde falar, até porque mesmo na rede social, se eu falasse alguma coisa, eles vinham contra mim. Eu estou trabalhando bastante na terapia, porque a sensação de ter feito algo errado é muito grande, é todos os dias (Capra, 2023, p. 29).

Maria Tereza também aponta que a misoginia presente na repreensão recebida não se restringiu às figuras políticas conservadoras, mas também a alguns membros do seu próprio partido, ainda que a intensidade dos atos tenha sido diferente. Ademais, ela comenta sobre o impacto da socialização feminina na sua reação.

Algumas lideranças do meu partido disseram isso. Homens que também falam o que quer, sabe? “Para que falar?” Então, eu acho que traz aquilo que a gente luta tanto. Aqui eu falo sempre, aquela ancestralidade, né? Milhões de anos, muitos anos. Séculos de submissão, de culpa. Essa história, é isso que é próprio da sociedade patriarcal de culpar, culpabilizar a mulher. Então, a gente tem que fazer um exercício. Mesmo com toda a minha bagagem, com toda minha formação, não foi uma nem duas vezes que eu pensei “mas será que deveria ter falado”, né? E se não fosse a rede de apoio, as pessoas, essas organizações que estão me apoiando, a terapia propriamente, diretamente a minha família, certamente teria sido muito mais difícil. Mas, depois eu

imediatamente faço a pergunta para mim mesma: e se não tivesse falado nada, né? E aí, tivesse visto e fazer o quê? Então, aí volta tudo, eu fiz o certo, é isso mesmo e tal. Mas é difícil a gente trabalhar, a sobreviver num ambiente em que a direita que hostiliza, dessa forma que persegue, e infelizmente pessoas ainda que estão nas suas relações também fazem, né? Numa forma de censura e isso eu quero deixar registrado. Como a sociedade e, especialmente os homens, nos censuram como se nós fossemos crianças, meninas, sim. Eles nos tratam, eles nos infantilizam (Capra, 2023, p. 29 e 30).

Ainda em 2022, uma Comissão de Inquérito foi instituída na Câmara de Vereadores para averiguar a suposta quebra de decoro parlamentar e propagação de notícias falsas de Capra. No dia 04 de fevereiro de 2023, a vereadora teve seu mandato cassado (Brasil de Fato, 2023). Acerca do ato filmado por Maria Tereza Capra, ainda no dia da manifestação o Ministério Público de Santa Catarina não identificou apologia ao nazismo e afirmou que o gesto teria como objetivo emanar energias positivas. Já a prefeitura de São Miguel do Oeste apontou a atividade como comum na realização de bençãos na Igreja Católica (Estadão, 2023). Em investigação posterior realizada em parceria com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) e com o Centro de Apoio Operacional Criminal e de Segurança Pública (CCR) do MPSC, o Ministério Público de Santa Catarina reafirmou que não houve apologia ao nazismo e arquivou o caso (Ministério Público de Santa Catarina, 2023).

No dia 16 de novembro de 2023, Maria Tereza Capra recuperou seu mandato através de uma liminar concedida pelo Tribunal de Santa Catarina (TJSC). No pleito de 2024, Maria Tereza Capra não foi candidata (Mayer e Silva, 2023).

Nazismo e fascismo em Santa Catarina

Historicamente, Santa Catarina foi um dos estados brasileiros que mais recebeu imigrantes italianos e alemães no Brasil entre os séculos XIX e XX que, ao passo que foram incentivados a virem para o Brasil no período, também foram perseguidos por suas tradições culturais. Os alemães, especificamente, foram diretamente afetados pelo “Perigo Alemão”, uma narrativa discursiva que se popularizou no final do século XIX e que se referia às preocupações de criação de um ‘Estado dentro de um Estado’ por conta da resistência de assimilação teuto-brasileira (Brunn, 1971). Contudo, a repressão ao grupo ocorreu de maneira muito mais intensificada a partir do governo varguista (Fáveri, 2020).

Em 1928, a primeira filial brasileira do Partido Nazista foi criada em Timbó, Santa Catarina e, nos dez anos seguintes, foi ampliada para outros 16 estados brasileiros e atingiu 2900 integrantes. Em Santa Catarina, o partido fazia passeatas e outras expressões públicas.

Nesse mesmo período, o integralismo, outro movimento político de caráter autoritário, ampliou sua atuação no estado. Com a implementação do Estado Novo por Getúlio Vargas em 1937, partidos políticos – fossem eles nazistas, integralistas ou comunistas – tornaram-se ilegais (Fáveri, 2024b). Em artigo acerca da violência política do contexto, a historiadora Marlene de Fáveri (2020) descreveu a violência com que a Polícia Política do governo Vargas tratava as populações originárias da Itália e da Alemanha, países então considerados “inimigos da pátria brasileira” durante a vigência do Estado de Guerra. Campos de Concentração foram feitos em Joinville e Florianópolis para o confinamento de pessoas de origem alemã e italiana, em especial, que eram partidários do nazismo e que foram processados pelo Tribunal de Segurança Nacional (Fáveri, 2024b).

A historiadora ainda adiciona que pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial, alguns dos prisioneiros solicitaram perdão para os crimes de natureza política e, assim, foram anistiados. Anos depois, muitos deles retornaram à vida pública, estabelecendo-se inclusive em cargos dos poderes legislativo e executivo. Além deles, a pesquisadora narrou que após a Segunda Guerra, membros e apoiadores do partido nazista se refugiaram em países sul-americanos a fim de fugir da perseguição (Fáveri, 2024b⁷).

Em tese intitulada “Nazismo Tropical? O Partido Nazista no Brasil”, a historiadora Ana Maria Dietrich (2007) ressaltou que o nazismo brasileiro possuía suas próprias particularidades, sendo influenciado por movimentos e discursos presentes no cenário nacional do período em um fenômeno que ela chama de tropicalização do nazismo. Dietrich (2007) resalta que, em 1935, o enviado alemão Arthur Schmidt-Elskop veio ao Sul do Brasil para realizar um relatório acerca da população alemã para o Ministério das Relações Exteriores da Alemanha. Em seus escritos, ele relata a amplitude do partido nazista nos três estados, destacando possuir apoiadores na zona urbana e rural. Sobre o contexto catarinense, ela descreve:

Em Santa Catarina, Elskop visitou Rio Negrinho, São Bento, Joinville, São Francisco do Sul, Jaraguá, Timbó, Hansa-Hammonia, Neu-Berlim, Neu-Stettin, Neu-Breslau, Neu-Bremen, Brusque, Itajahy, Blumenau e Florianópolis. Nesta última cidade, foi recepcionado na sede do partido nazista local. [...]Em Blumenau, Elskop visitou a Escola Alemã, o Clube Germânia, a Hering e a fábrica Feddersen". Encontrou também o ex-ministro

⁷ Também, é interessante destacar que em várias cidades, alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial, descendentes de imigrantes alemães retomaram importantes espaços políticos nas cidades de Santa Catarina. Em Joinville, por exemplo, pouco anos depois, aqueles que se julgaram perseguidos pela Campanha de Nacionalização, já estavam novamente em espaços importantes da política local e valorizando uma história do passado alemão de imigração (Silva, 2008).

da viação do governo Washington Luís, Victor Konder, e ambos conjecturaram sobre a situação santa-catarinense. Entre outros aspectos, ressaltaram a confraternização entre os jovens teuto-brasileiros e o integralismo de um lado e a inimizade com os alemães de nascimento, de outro (Dietrich, 2007, p. 132).

Para além do exposto por Dietrich (2007), a historiadora Maria Luíza Tucci Carneiro comenta acerca do impacto do pensamento nazista no contexto brasileiro:

A Alemanha de Hitler resgatava e oficializava o sentimento de ‘pertencimento’ do povo alemão à nação alemã, cujas origens remontam ao pangermanismo e ao antissemitismo eliminacionista germânicos manifestos desde a segunda metade do século XIX (Carneiro, 2007).

Nesse sentido, cabe ressaltar que, ainda que políticas visando a repressão dos partidos nazistas no Brasil tenham existido na primeira metade do século XX, é possível apontar que sua lógica não foi eliminada com totalidade da mentalidade daqueles que simpatizavam com esta ideologia. Com a virada para o século XXI, o pensamento neonazista alcançou as redes sociais. A antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias (2007) identificou em sua dissertação “Anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet” que o maior site neonazista brasileiro, Valhalla, bateu a marca de 200.000 visitas diárias antes de ser retirado do ar em 2007. Sua sede se localizava em Santa Catarina. Em análises de fóruns neonazistas, a autora também identificou uma porcentagem relevante de membros catarinenses.

Por fim, é importante delinear as recentes aproximações entre os grupos neonazistas e os discursos da extrema-direita contemporânea. No caso de Jair Bolsonaro, a utilização do slogan ‘Brasil Acima de Tudo’, semelhante ao slogan nazista ‘Alemanha Acima de Tudo’ é um exemplo que merece destaque. A defesa da pátria e da família também é mais uma similaridade com a ideologia e o discurso nazista (Cavalcanti e Azevedo, 2022).

Antes mesmo da eleição presidencial, Jair Bolsonaro já apresentava aproximações com grupos nazistas. Em 2021, a antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias encontrou em três sites abertamente neonazistas uma mesma carta datada de dezembro de 2004 que supostamente seria de autoria de Jair Bolsonaro e que afirma que os grupos seriam a razão de existência do seu mandato. No período, Bolsonaro era Deputado Federal. No segundo turno do pleito de 2018, Bolsonaro teve 75% de votos em Santa Catarina (Demori, 2021).

Já na presidência, em 2020, em um pronunciamento realizado por Roberto Alvim, ministro da Cultura do governo Bolsonaro, o político replicou a estética de Joseph Goebbels, ministro da Propaganda da Alemanha Nazista. Ao fundo de sua fala, tocava a ópera de Richard

Wagner, compositor favorito de Hitler de uma série de músicas tocadas em comícios nazistas. Após a ampla repercussão nacional sobre a mimetização do ministro, ele foi demitido (Vieira, 2023).

Em 2021, a deputada alemã Beatrix von Storch, membro do partido de extrema-direita AFD e neta de Ludwig Schwerin von Krosigk, antigo ministro das Finanças do regime nazista de Hitler, esteve no Brasil e foi recebida por Jair Bolsonaro. A visita teve como objetivo fortalecer os valores conservadores internacionalmente (Lago, Sardinha e Lippelt, 2022).

Acerca do gesto repudiado por Maria Tereza Capra e realizado em apoio a Jair Messias Bolsonaro, nota-se que a utilização do braço ereto como saudação foi utilizada não apenas por membros do partido nazista, como também pelo movimento integralista brasileiro.

Imagem 2 – Evento integralista em Blumenau no ano de 1935, com a presença de Plínio Salgado



Fonte: Fundação Cultural de Blumenau (1935).

Desse modo, observa-se que a popularização da ideologia nazista no Brasil e, especialmente em Santa Catarina, no início do século XX possibilitou a perpetuação da mentalidade em determinados setores e grupos, demonstrando assim as adaptações feitas em discursos autoritários para que eles persistam através de gerações.

Violência política de gênero

No caso ocorrido em São Miguel do Oeste, não faltaram elementos para que a vereadora Tereza Capra concluísse que o gesto da mão direita espalmada e levantada, dos que estavam na frente dos quartéis em protesto contra a derrota do candidato à presidência Jair Bolsonaro, seria um gesto de cunho nazista. A tradição do Estado de Santa Catarina seja com os grupos

nazistas, seja com os grupos integralistas reforçava esta dedução. Por que então esta denúncia levou a câmara de vereadores em 04 de fevereiro de 2023 cassar seu mandato? Claro que a postagem que ela fez na internet teve repercussões nacionais e por uma questão evidente, o gesto de fato lembrava a saudação nazista. Os manifestantes fizeram o gesto enquanto cantavam o hino nacional, no entanto, nas escolas e em cerimônias comuns brasileiras, o hino é cantado com a mão ao lado do corpo ou no coração, nunca com a mão estendida. Além disso, o gesto, durante o hino nacional foi feito no momento que estavam acampados diante de quartéis do exército, solicitando intervenção militar no país.

A forma como foi conduzida a cassação reflete uma prática que tem sido observada e que tem crescido muito desde que as leis de cotas e outras leis, que visam implementar a presença de mulheres na política, foram aprovadas⁸. O aumento do número de mulheres ou a simples possibilidade de aumento tem trazido uma prática de violência contra elas que tem sido chamado de Violência Política de Gênero. Esta categoria vem sendo discutida há mais tempo. Laura Albaine (2016) mostrou como Bolívia, Costa Rica e Equador enfrentaram esta violência, que se tornou mais intensa com as leis que buscavam a paridade. Sabemos que desde 1994 a ONU - Organização das Nações Unidas já tinha definido o que é Violência Política de Gênero:

Qualquer ato de violência baseado no pertencimento ao sexo feminino que resulte ou possa resultar em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, bem como ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, quer ocorra na vida pública ou na vida privada. (Art.1) (tradução nossa) (Albaine, 2016, p. 5)⁹

A esse respeito é importante destacar que a Bolívia, já em 2012, adotou uma legislação contra esse tipo de violência. Dessa forma, ressalta-se que a violência política de gênero não é um fenômeno novo, ainda que sua conceituação e discussão na esfera legal brasileira sejam recentes. Segundo o artigo 326-B do Código Eleitoral, inserido por meio da lei 14.192/2021, o crime de violência política contra a mulher¹⁰:

⁸ Oferece-se destaque para a Lei n. 9.100, de 29 de setembro de 1995 que determina que, no mínimo 25% das vagas de cada partido ou coligação devem ser preenchidas por candidaturas de mulheres. O número subiu para 30% a partir da Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) (Biroli et al., 2020).

⁹ Todo acto de violencia basado en la pertenencia al sexo femenino que tenga o pueda tener como resultado un daño o sufrimiento físico, sexual o psicológico para la mujer, así como las amenazas de tales actos, la coacción o la privación arbitraria de la libertad, tanto si se produce en la vida pública como en la privada. (Art.1)

¹⁰ Cabe observar que atualmente há um debate sobre as nomenclaturas a serem utilizadas. Por um lado, há pesquisadoras que defendem a adoção da categoria gênero no conceito. De outro, há pensadoras que entendem que é necessário explicitar a categoria mulheres para trazer visibilidade para aquelas que sofrem a violência. Marlise Matos uma terceira alternativa ao definir que a violência política de gênero abarca a violência política contra as mulheres. Ou seja, a VPCM é um subtipo da violência política de gênero (Matos, 2022)

Assediar, constranger, humilhar, perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo, com pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. (Brasil, 2021)

Ao analisar a cassação da vereadora Tereza Capra, convém perguntar se caso a postagem do vídeo na internet, com o gesto identificado por ela como nazista, fosse postado por um homem, também vereador, o que teria acontecido? Teria sido cassado? É possível que sim, mas, convém lembrar que ela não foi a única a identificar o vídeo como tal e sofreu uma série de ameaças. Em sua entrevista ela narra que o “Conselho das Entidades aqui do município, CDE, Associação Comercial, a classe empresarial, (...) encaminhou uma carta para a Câmara de Vereadores solicitando, exigindo repreensão aos vereadores que falaram”. Referiam-se a ela, claro. Mas, também, daí se deduz que ela não foi a única que deduziu o óbvio, o gesto lembrava a saudação nazista. Mas, foi ela quem postou nas mídias sociais. Além disso, havia vereadores na manifestação em frente aos quartéis. Nenhum outro vereador que falou ou comentou sobre isso, foi “repreendido”.

Além da cassação, ela foi vítima de ameaças a ela e aos familiares, além de ter sido alvo de inúmeras denúncias, inventaram calúnias sobre sua vida privada. Exigiram que ela se retratasse, como já mostramos acima, e transformaram esta questão numa grande forma de repreensão, infantilizando a vereadora, como ela comenta na entrevista concedida. Esta infantilização da vereadora, tratada como se tivesse que ser tutelada, é violência política de gênero. Não fariam isso com um vereador, mesmo que ele colocasse mais de um vídeo com este conteúdo na internet.

Ao promover a cassação do mandato da vereadora Tereza Capra, a câmara de vereadores de São Miguel do Oeste, reduziu para duas o número de mulheres eleitas e retirou a única representação que o PT – Partido dos Trabalhadores tinha na câmara. Mas, não é somente esta cidade que tem poucas mulheres na câmara. Certamente o que aconteceu com a vereadora poderia assustar outras possíveis candidatas.

As raras mulheres vereadoras de Santa Catarina

Durante as eleições municipais de 2020 em Santa Catarina, apenas 22% das cadeiras de vereança foram ocupadas por mulheres, enquanto os homens representaram 78% dos eleitos.

Em todo o Brasil, apenas 45 cidades têm maioria de vereadoras nas câmaras municipais (TRES SC, 2020). Esse cenário reflete uma discrepância significativa em relação à composição do eleitorado brasileiro, onde as mulheres correspondem a 53% do total de eleitores. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), apesar das mulheres formarem a maioria do eleitorado e dos mesários voluntários, a representação feminina na política municipal brasileira ainda é significativamente baixa. Em 2020, apenas 45 das 5.568 cidades que realizaram eleições municipais tinham uma maioria de mulheres nas câmaras de vereadores, o que representa menos de 1% do total de municípios (TSE, 2020).

A maioria dessas cidades são pequenas, com menos de 15 mil habitantes, e são lideradas por prefeitos do sexo masculino. Em comparação com 2016, quando apenas 24 municípios elegeram mais mulheres do que homens para as câmaras municipais, houve um pequeno aumento. Em média, pouco mais de 13% das vagas nos legislativos municipais eram ocupadas por mulheres em 2016. Com as eleições de 2020, esse percentual subiu para 16%, um avanço modesto e que está longe de atingir a paridade de gênero.

É preocupante notar que de um total de 5.568 municípios do Brasil, 933 cidades não elegeram nenhuma candidata para o cargo de vereadora, e apenas 663 elegeram prefeitas, destacando os desafios persistentes enfrentados pelas mulheres na política brasileira. A implementação de cotas de gênero tem sido uma medida para incentivar a participação feminina na política, porém enfrenta desafios, como práticas fraudulentas em que candidaturas femininas são lançadas apenas para cumprir requisitos legais, sem efetivo apoio partidário. Essa tática fraudulenta pode ser tratada como violência política de gênero, já que visa excluir a mulher do cenário político, conforme aponta Maria Eduarda Carvalho de Sousa (2020):

O aumento da participação e representação política de mulheres alcançado no Brasil nos últimos anos é acompanhado por um aumento sistemático de violência contra elas. As leis que preveem cotas para a participação feminina nas eleições contribuíram para dar visibilidade à baixa representatividade das mulheres na política, porém, mostraram-se insuficientes como mecanismo para corrigir essa distorção democrática, tornando necessário identificar mecanismos de exclusão mais profundos que sustentam a violência (Sousa, 2020, p. 11).

Em Santa Catarina, temos 525 vereadoras eleitas que enfrentam desafios adicionais, incluindo a violência política de gênero. Muitas são alvo de ataques e ameaças destinadas a minar sua atuação política, tanto presencialmente quanto virtualmente, com o objetivo de eliminar a presença da mulher da política. A interseccionalidade de gênero, raça e classe social

amplia ainda mais as barreiras enfrentadas por mulheres negras e de minorias étnicas na política municipal (Lima, 2023).

No âmbito nacional, o caso Marielle Franco pode ser ressaltado. Em 14 de março de 2018, a vereadora carioca foi assassinada enquanto retornava de uma agenda. O carro em que a psolista estava foi alvejado de tiros, matando Marielle e seu motorista Anderson Pedro Gomes. A morte de Marielle é um exemplo de violência política de gênero. O julgamento por seu assassinato ocorreu apenas em 2024, expondo as motivações políticas do crime (BBC, 2024).

Posteriormente ao ocorrido, foi criado o Instituto Marielle Franco com o objetivo de perpetuar o legado da vereadora. O instituto se dedica à promoção dos direitos humanos, da igualdade de gênero e raça, e da justiça social. Suas principais atividades incluem a formação e o apoio a lideranças políticas femininas, com ênfase em mulheres negras e LGBTQIA+, a denúncia e combate à violência política e a promoção de políticas públicas inclusivas.

Outra figura política brasileira que sofreu com a violência política de gênero na última década foi a ex-presidenta Dilma Rousseff. Em “Sempre foi sobre Nós”, livro organizado por Manuela D’Ávila, Dilma comenta sobre as violências sofridas e acentuadas entre 2014 e 2016 e referencia a dissertação realizada pela pesquisadora Letícia Sallorenzo. Nele, a autora analisa 340 matérias publicadas pela Folha de São Paulo e pelo jornal O Globo durante o segundo turno das eleições presidenciais de 2014. Sua conclusão foi que as narrativas criadas a partir de fotos sem contexto e textos com pouco ou quase nenhum conteúdo jornalístico factual contribuíram para forjar que Dilma era uma mulher desequilibrada, passional e que atacava adversários por desespero. Para além da atuação jornalística agressiva, movimentos da sociedade civil criaram adesivos para carros que simulavam estupros na presidenciável, bem como promoveram conteúdos de cunho sexual e acerca da aparência da petista (D’Ávila, 2022, Sallorenzo, 2018).

Outros exemplos de mulheres vereadoras que sofreram violência política de gênero em Santa Catarina incluem Carla Ayres (PT), Ana Lúcia Martins (PT) e Giovana Mondardo (PCdoB). Essas mulheres, filiadas a partidos de esquerda, destacam-se por sua atuação em pautas feministas e de defesa dos direitos das mulheres, o que as torna alvo de frequentes represálias e tentativas de intimidação por incentivarem e promoverem mulheres em posição de poder e política, como aponta o livro "Mulheres, poder e ciência política: Debates e trajetórias" (2020): "Estudos no campo de gênero e política apontam que partidos mais à esquerda do espectro ideológico seriam mais propensos a investir em iniciativas que promovem as mulheres a posições eletivas" (Biroli, 2020, p. 100). Contudo, dados dos sites das câmaras

municipais e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) apontam que as mulheres políticas de direita, em sua maioria, focam suas ações em áreas como defesa animal, esporte e saúde, enquanto as de esquerda abordam temas de igualdade de gênero. A tabela a seguir demonstra que as mulheres de esquerda são minoria entre as vereadoras eleitas, o que as torna ainda mais vulneráveis à violência política de gênero.

Os casos de violência ilustram os desafios vividos por mulheres na política, especialmente aquelas que se posicionam em defesa de pautas progressistas e feministas. Todas as vereadoras citadas anteriormente foram alvos de ameaças feitas por e-mails e ataques virtuais, o que não apenas afeta sua segurança pessoal, mas também compromete sua atuação parlamentar. Essas experiências evidenciam como a violência política de gênero é utilizada como ferramenta para intimidar e silenciar vozes femininas, exigindo respostas mais contundentes das instituições e da sociedade civil para garantir a permanência das vereadoras na política.

Tabela 1 - Lista quantitativa de Partidos e Vereadoras eleitas em Santa Catarina em 2020

MDB	177 candidatas eleitas
PP	82 candidatas eleitas
PSD	58 candidatas eleitas
PT	48 candidatas eleitas
PSDB	47 candidatas eleitas
PL	47 candidatas eleitas
PSL	19 candidatas eleitas
PODE	10 candidatas eleitas
CIDADANIA	9 candidatas eleitas
PDT	7 candidatas eleitas
DEM	6 candidatas eleitas
PSB	3 candidatas eleitas
PSC	3 candidatas eleitas
REPUBLICANOS	3 candidatas eleitas
AVANTE	1 candidata eleita
PCdoB	1 candidata eleita
PSOL	1 candidata eleita
PTB	1 candidata eleita

Total	525
--------------	------------

Fonte: Dados TRE-SC (2020). Tabela elaborada pelas autoras.

Para promover uma maior igualdade de gênero na política, é essencial implementar políticas públicas eficazes que combatam a violência política e garantam um ambiente seguro e inclusivo para todas as mulheres na arena política (Sousa, 2022). Para garantir políticas públicas voltadas para as mulheres, é essencial eleger mulheres, pois são elas que frequentemente lideram iniciativas nessa área. Um exemplo disso é o Projeto de Lei (PL) 2.309/20, proposto pelas deputadas Ana Paula Siqueira, Andréia de Jesus, Beatriz Cerqueira e Leninha, que define a violência política contra a mulher e estabelece diretrizes para combatê-la. Aprovada em agosto na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), a lei inclui critérios para denúncias, dever de comunicação por servidores públicos e ações do Executivo para garantir sua implementação. Os objetivos da política são monitorar e avaliar ações de prevenção, divulgar informações sobre violência política e promover a paridade de gênero em instituições públicas e partidos. Minas Gerais se tornou o primeiro estado brasileiro a criar um programa de proteção às mulheres na política, evidenciando a importância de eleger mulheres comprometidas com essas causas. A Lei Federal 14.192/2021 também tipifica a violência política contra a mulher como crime. As deputadas que propuseram a lei enfrentaram ameaças de morte, ressaltando a necessidade de legislação específica. O presidente da ALMG, Tadeu Martins Leite, destacou que a nova lei visa garantir os direitos das mulheres na política e proteger a democracia.

Considerações Finais

Nas eleições de 2024, Tereza Capra não se candidatou a vereadora. O trauma do processo, as ameaças que sofreu junto com a família a fizeram se afastar, pelo menos por enquanto, dos pleitos eleitorais. Decidiu fazer pós-graduação em Direito na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina e estudar a violência política de gênero.

Em São Miguel do Oeste, o número de vereadoras passou de 3 para 6 e o número de representantes do PT subiu para 2: uma mulher e um homem. A câmara de vereadores tem 13 representantes, portanto, nesta cidade, o número de mulheres subiu, quase alcançando a paridade. Mas grande parte das pessoas eleitas são oriundas de partidos de direita e extrema-direita, incluindo o comando do poder executivo.

Nesse sentido, destaca-se que a ascensão de discursos autoritários e vinculados ao pensamento conservador segue vigente na realidade de Santa Catarina, ameaçando não apenas personalidades políticas progressista, mas também a própria democracia.

Como exposto, a violência política de gênero que vitimou Maria Tereza Capra não foi um caso isolado, mas é parte de um histórico de exclusão e silenciamento de mulheres que integram a política formal brasileira. A partir de seu relato, foi possível inferir que os desafios para a maior inserção de mulheres seguem vigentes, assim como os obstáculos para sua permanência neste espaço.

Fonte

CAPRA, Maria Tereza Zanello. Entrevista concedida a Joana Maria Pedro (digital). Santa Catarina, 2023. **Acervo do LEGH/UFSC**. p. 38.

Referências

ALBAINE, Laura. “Paridad de género y violencia política en Bolivia, Costa Rica y Ecuador. Un análisis testimonial”. **Ciência Política** 11.21 (2016): 335-362.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS (Brasil). **Sancionada primeira lei estadual de combate à violência política contra a mulher**. Minas Gerais, 27 de set. de 2023, Comunicação-Notícias. Disponível em: . Acesso em: 13 mai. 2024.

BBC. Assassinos de Marielle e Anderson são condenados a décadas de prisão. **BCC**. 31 outubro 2024. Disponível em:
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn8gr5521xmo#:~:text=R%C3%A9us%20confesso%20pelo%20assassinato%20de,8%20meses%20e%2010%20dias>. Acesso em 20 jun. 2024.

BIROLI, F. et al. (orgs.). **Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.197, de 1º de setembro de 2021**. Acrescenta o Título XII na Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), relativo aos crimes contra o Estado Democrático de Direito, e revoga a Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983 (Lei de Segurança Nacional) e o art. 39 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Brasília, DF: Presidência da República, 2021.

BRASIL DE FATO. Vereadora Do PT que denunciou apologia ao nazismo em ato golpista tem mandato cassado em SC. **Brasil de Fato**. 04 fevereiro 2023. Política. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2023/02/04/vereadora-do-pt-que-denunciou-apologia-ao-nazismo-em-ato-golpista-tem-mandato-cassado-em-sc>. Acesso em: 25 mai. 2024.

BRUNN, Gerhard. **Deutschland und Brasilien (1889-1914)**. Colônia: Böhlau Verlag, 1971.

CARNEIRO, Maria Luíza Tucci. In: HAAG, Carlos. Entre a feijoada e o chucrute. **Revista Pesquisa Fapesp**, 01 outubro 2007. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/entre-a-feijoada-e-o-chucrute/>. Acesso em: 10 out. 2024.

CAVALCANTI, C. R. da S.; AZEVEDO, N P. G. de. O movimento parafrástico de “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” X “Deutschland Über Alles”. **Policromias – Revista do Discurso, Imagem e Som, Rio de Janeiro**, v. 7, n. 1, p. 51-64, 2022.

D’AVILA, Manuela. **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre: Instituto E se fosse você, 2022.

DEMORI, Leandro. Carta de Bolsonaro a neonazistas foi escrita em 2004, diz pesquisa. **The Intercept Brasil**, 28 jul. 2021. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. **Anacronautas do teutonismo virtual: uma etnografia do neonazismo na Internet**. 2007. 197 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

DIETRICH, Ana Maria. **Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil**. 2007. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/T.8.2007.tde-10072007-113709. Acesso em: 10 out. 2024.

FÁVERI, M. DE. Violência política em tempo de guerra. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 36, p. 151-174, 18 dez. 2020.

FÁVERI, Marlene. Nazismo e neonazismo em Santa Catarina. **A Terra é Redonda**, 9 maio 2024a. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/nazismo-e-neonazismo-em-santa-catarina/#_edn1. Acesso em: 10 out. 2024.

FÁVERI, Marlene. **Memórias de uma (outra) Guerra: Cotidiano e medo durante a Segunda Guerra Mundial em Santa Catarina**. 3 ed. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU. **Evento integralista em Blumenau no ano de 1935, com a presença de Plínio Salgado**. Blumenau: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, 1935. Fotografia.

LAGO, Rudolfo; SARDINHA, Edson; LIPPELT, Vanessa. Onze vezes em que o bolsonarismo flertou com o nazismo. **Congresso em Foco**, 17 nov. 2020. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/pais/onze-vezes-em-que-o-bolsonarismo-flertou-com-o-nazismo/>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MATOS, Marlise. “A Violência Política Sexista, Racista e Interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres”. In: D’ÁVILA, Manuela (org.). **Sempre Foi Sobre Nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. Porto Alegre: Editora Instituto E Se Fosse Você, pp. 210-227, 2021.

MAYER, Sofia. SILVA, Ânderson. Vereadora que denunciou suposta saudação nazista em SC voltará ao cargo após cassação. **G1**. 16 novembro 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2023/11/16/vereadora-que-denunciou-suposta-saudacao-nazista-em-sc-voltara-ao-cargo-apos-cassacao.ghtml>. Acesso em: 08 out. 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. Justiça homologa arquivamento do caso de suposta saudação nazista durante manifestação em São Miguel do Oeste. **MPSC**, 23 outubro 2023. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/noticias/justica-homologa-arquivamento-do-caso-de-suposta-saudacao-nazista-durante-manifestacao-em-sao-miguel-do-oeste>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MULLER, Ananda. Entidades criticam gesto de bolsonaristas semelhante à saudação nazista em Santa Catarina. **Estadão**. 03 novembro 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/entidades-criticam-gesto-de-bolsonaristas-semelhante-a-saudacao-nazista-em-santa-catarina/>. Acesso em: 25 mai. 2024

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer...** As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. Joinville: Editora Univille, 2008.

SALLORENZO, Letícia. **Gramática da manipulação:** como os jornais trabalham as manchetes em tempos de eleições (e em outros tempos também). Belo Horizonte: Quintal Edições, 2018.

SOUSA, Maria Eduarda Carvalho de. **Violência política de gênero no Brasil:** interseccionalidade e o perfil das candidatas das eleições de 2020. 2022. 26 f. (Trabalho de Conclusão de Curso, Bacharelado em Ciência Política) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL-SC (TRE-SC). **Resultados por Município**. Santa Catarina, 2020. Disponível em: <https://www.tre-sc.jus.br/eleicoes/eleicoes>. Acesso em: 13 mai. 2024.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (Brasil). **Resultados por gênero**. Disponível em: <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-resultados/g%C3%AAnero?session=104389479649030>. Acesso em: 13 mai. 2024.

VIEIRA, Roginaldo. **A propaganda ideológica de Bolsonaro e sua similaridade com a propaganda do Nacional Socialismo Alemão**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/258896>. Acesso em: 10 nov. 2024.

VEJA. Vereadora que apontou gesto nazista em ato é cassada em Santa Catarina. **Veja**. 04 fevereiro 2023. Maquiavel. Disponível em: https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/vereadora-que-apontou-gesto-nazista-em-ato-e-cassada-em-santa-catarina#google_vignette. Acesso em: 26 mai. 2024.